



Autoridade da
Concorrência

Práticas Restritivas da Concorrência

Tratamento de Confidencialidades

Visita ARC - Lisboa

Catarina Tourais | Thiago Arashiro

28 de setembro de 2023

- 01 Propósito**
- 02 Conceito de segredo de negócio**
- 03 Ónus**
- 04 Documentos a tratar**
- 05 Fases do procedimento**
- 06 Experiência prática**

01

Tratamento de confidencialidades - Propósito

01 Tratamento de confidencialidades - propósito

Proteção de segredos de negócio e outra informação confidencial

A AdC “*acautela o interesse legítimo das empresas, associações de empresas ou outras entidades na não divulgação dos seus segredos de negócio*” - Artigo 30.º LdC

Para efeitos de acesso ao processo tanto de co-visadas como de terceiros (com demonstrado “*interesse legítimo na consulta do processo*”)

Desvio à regra da publicidade do processo - Artigo 32.º LdC (Publicidade do processo e segredo de justiça)

Exceções:

- Artigo 31º, n.º 3 da LdC: utilização de informação classificada como confidencial para efeitos de imputação
- Artigo 33º, n.º 6 da LdC: Consulta por mandatário ou assessor económico externo do visado em *data room*
- A informação pode ser disponibilizada, por decisão judicial, a potenciais vítimas de práticas restritivas da concorrência, para efeitos do exercício do seu direito de indemnização (*private enforcement* ou artigo 6.º, n.º 6, do RAIA)

02

Conceito de segredo de negócio

02 Conceito de segredo de negócio (1)

Segredo de negócio:

- a) informação do conhecimento de apenas um número restrito de pessoas
- b) informação cuja divulgação é suscetível de produzir um prejuízo grave para o seu titular e/ou terceiros; e
- c) os interesses suscetíveis de serem prejudicados com a divulgação da informação são legítimos e objetivamente dignos de proteção.

OU

Informações acerca da atividade de uma empresa cuja divulgação seja suscetível de a lesar gravemente.

- informações técnicas e/ou financeiras relativas ao saber-fazer
- métodos de cálculo dos custos
- segredos e processos de produção
- fontes de abastecimento
- quantidades produzidas e vendidas
- quotas de mercado
- listagens de clientes e de distribuidores
- estratégia comercial
- estruturas de custos
- preços e política de vendas de uma empresa

02 Conceito de segredo de negócio (2)

Mas a Autoridade não considerará como confidenciais as informações relativas a uma empresa quando estas já sejam conhecidas fora da empresa.

Necessidade de consideração da natureza, antiguidade e/ou disponibilidade da informação
(prazo indicativo para avaliação sobre o decurso do tempo de 5 anos sobre a data da informação)

Proteção de dados pessoais pode constituir um pedido de proteção de informação confidencial.

[Ainda assim, é permitido o acesso a dados pessoais contidos em documentos juntos ao processo aos visados para efeitos do exercício dos seus direitos de defesa]

03

Ónus

Visados / titulares de informações confidenciais

Três ónus sob pena de ficarem sujeitos à cominação legal de classificação das informações como não confidenciais, nomeadamente:

- (i) ónus de identificação das informações que considera confidenciais;
- (ii) ónus de fundamentação de tal identificação; e
- (iii) ónus de fornecimento de uma cópia não confidencial dos documentos que contenham informações confidenciais expurgadas das mesmas – obrigatoriedade de fornecer breve descritivo ou resumo das informações suprimidas que permita intuir o teor abstrato da informação.

Ou seja, não existe uma confidencialidade automática em função da temática; existe um ónus de fundamentação.

AdC

Conceder orientações concretas para a identificação fundamentada de informações confidenciais nos termos da LdC; para o efeito concede três oportunidades às visadas para apresentarem os pedidos de proteção de confidencialidades

04

Documentos a tratar

04 Documentos a tratar

- Pedidos de elementos (informações e documentos) dirigidos a empresas, a associações de empresas e a quaisquer outras entidades públicas ou privadas;
- Interrogatórios, inquirições, diligências de busca e apreensão e inspeções e auditorias; e
- Prestação de informação, de forma voluntária, à AdC .

05

Fases do procedimento

05 Fases do procedimento

- 1) Pedido de identificação confidencialidades:** Num primeiro momento concede as orientações necessárias para as Visadas realizarem o tratamento de confidencialidades;
- 2) Sentido Provável de Decisão (SPD):** Num segundo momento envia-se um sentido provisório da decisão desse tratamento dando oportunidade às visadas de justificarem melhor a informação considerada confidencial e/ou apresentarem as versões não confidenciais (VNCs) conforme o entendimento da AdC em caso de discordância com as orientações fornecidas;
- 3) Decisão final (DF):** Notifica-se a decisão final e após a mesma concede prazo para as visadas apresentarem novas VNCs em consonância com tal decisão.

06

Experiência prática

06 Experiência prática

- Preenchimento da tabela Excel:
 - A AdC identifica (em linha na tabela) pedidos de informação que pretende indeferir.
 - Motivo do indeferimento:
 - 1) **Falta de fundamentação**
 - 2) **Falta/insuficiência de descritivo**: caso esteja fundamentado, mas descritivo/VNC não permita intuir o teor abstrato da informação suprimida.
- A Tabela de Confidencialidades pressupõe deferimento tácito dos pedidos de confidencialidades solicitados pelas visadas e considerados válidos pela AdC
- Se num documento existirem segmentos de informação classificados como confidenciais e efetivamente não o forem ou os seus descritivos não permitem intuir o seu conteúdo, a AdC levanta a confidencialidade de todo o documento, considerando-se o mesmo não confidencial.

06 Experiência prática - constrangimentos

- *Lost in translation*
- Subjetividade na avaliação da natureza confidencial da informação
- Incentivos a pedidos de tratamento dos documentos como integralmente confidenciais
- Dificuldades na sistematização de cada pedido
- Falta de clareza quanto a pedidos tacitamente deferidos
- Tratamento informação numérica e de dados pessoais muito oneroso
- Fonte de grande litigância

Obrigado!

Catarina Tourais
DPR – Jurista
catarina.tourais@concorrenca.pt

Thiago Arashiro
DPR - Economista
thiago.arashiro@concorrenca.pt



concorrencia.pt

